

A política indigenista dos governos militares na imprensa alternativa: uma face da história do nosso tempo

Edson Silva¹
Ana Maria Barros dos Santos²

Resumo: Nessa pesquisa estar sendo analisada a chamada Imprensa Alternativa, principalmente artigos dos jornais Opinião e Movimento e da revista Realidade, que fizeram oposição ao regime militar denunciando a política indigenista oficial no período, salientando os crimes de ocupação das terras indígenas, a disseminação de doenças com as chamadas frentes de expansão promovidas pelo governo como resposta às exigências do capital nacional e internacional no Brasil. Baseada nas ideias de Jean-Pierre Rioux, para quem os ecos de um passado vibram no presente aliviando-o de um autismo que o tornaria tão somente presente, assim como nos estudos de Agnès Chaveau e Philippe Tétart para os quais na História com métodos particulares é possível também estudar o presente, buscamos tratar as citadas publicações como fontes históricas, problematizando sua produção os impactos das informações veiculadas no contexto sociopolítico da período estudado. Esperamos assim contribuir para a compreensão da "história do nosso próprio tempo" e, sobremaneira, para a discussão sobre a política indigenista oficial, as relações com os povos indígenas e a temática indígena em geral. Assunto ainda por demais desconhecido no período dos governos militares no Brasil, em um momento que o nosso país revê, retoma e repensa o processos histórico vivido durante a Ditadura Civil-Militar, a sua História e o lugar das sociodiversidades, incluindo os povos indígenas.

Palavras-chave: Índios, Ditadura, Brasil.

Durante a repressão política vivenciada em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1984), jornais da chamada imprensa alternativa, que faziam oposição ao regime militar instalado, tornaram-se fortes meios de comunicação de crítica ao Governo e suas políticas indigenistas, na época. Ao driblar a censura dos tempos pós-AI5, escritores e jornalistas dos jornais *Opinião* e *Movimento*³ publicaram matérias para denunciar o terror vivido por populações nativas brasileiras diante das políticas do governo. O jornal *Opinião*, ao qual daremos mais visibilidade, publicou uma série de reportagens e entrevistas, na década de 1970, das quais, algumas chegaram a ser destaque de primeira página em jornais estrangeiros. As reportagens salientavam, principalmente, os crimes praticados contra as populações indígenas no Brasil, durante a década de 1960 e início da década de 1970, mas, também,

¹Doutor em História, leciona na UFPE. Pesquisador da história indígena no Nordeste entre meados dos séculos XIX e XX. E-mail: edson.edsilva@gmail.com

²Doutora em História, leciona na UFPE. Pesquisadora da temática povos indígenas e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1984). E-mail: annamar_pe@yahoo.com.br

³O jornal *Opinião* circulou entre 1972 e 1977 e o jornal *Movimento*, surgiu de uma dissidência do jornal *Opinião* em meados de 1975, e teve seu último número publicado no ano de 1981. Ambos eram impressos em São Paulo e tiveram uma circulação nacional.

destacavam as repercussões internacionais geradas em consequência da realidade brutal vivenciada por diferentes grupos nativos de Norte a Sul do país.

Em matérias curtas ou longas, os jornais *Opinião* e *Movimento* buscaram noticiar sobre ações de órgãos públicos, instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiros, que estiveram envolvidos ou eram conhecedores dos problemas destacados como criminosos. Entre a chamada imprensa alternativa brasileira com reportagens sobre o tema, os citados jornais apresentaram discussões sobre a situação das fronteiras no país e das terras indígenas quando da aplicação do projeto político e econômico defendido pelos governos militares brasileiros, entre as décadas de 1960 e 1970.

Os citados órgãos de imprensa não foram os únicos a tratarem do assunto, mas, diante do bom número de matérias de conteúdos expressivos, formaram a base para as leituras que realizamos pretendemos dar uma contribuição aos debates atuais sobre a questão de terras e fronteiras indígenas no Brasil. Em artigos de enfoques variados, publicados entre 1972 e 1973, no jornal *Opinião*, títulos como: “O índio bom é o índio morto”; “Índios: uma era de paz?”; “A pacificação dos índios gigantes”; “A imigração dos índios”; “A extinção das tribos dos Villas Bôas”; “A imagem do índio brasileiro”; “Índios, progresso e aposentadoria”; “Os índios e a última caravana”; “A igreja e sua ação”, “O bispo dos oprimidos”, denunciavam a situação de povos indígenas no Brasil, diante do suposto progresso proposto pelo governo do Presidente Garrastazu Médici (1969 a 1974).

Na década de 1970, observou-se a ocorrência de debates entre a imprensa nacional e a estrangeira que salientavam as preocupações com o indígena brasileiro. Em março de 1973, o jornal *Opinião* denunciava que, naquele momento, estavam sendo divulgadas em publicações estrangeiras notícias que diziam respeito às condições de vida dos índios. A campanha jornalística, que se deu a nível internacional, atribuída ao regime militar, instalado no país em 1964, um verdadeiro "genocídio" dos índios. Fato que segundo a imprensa internacional vinha ocorrendo por pura omissão do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Entretanto, as críticas internacionais retomadas pela imprensa brasileira, na década de 1970, se referiam a acontecimentos anteriores, ocorridos na década de 1950 e início de 1960, denunciados na obra *Les massacres des indiens*, de Lucien Bodard⁴, que chegara às livrarias da França em 1969,

⁴O livro *Les massacres des indiens* do autor Lucien Bodard, publicado em Paris pela editora Gallimard em 1969, foi um marco na literatura sobre a temática indígena na América Latina e para um público de esquerda da Europa e do Brasil.

nos EUA em 1971 e na Inglaterra em 1972. Nesse período, o SPI, havia sido substituído pela FUNAI, que, nessa campanha de reportagens internacionais, não era citada⁵.

O atraso na divulgação da obra de Bodard no Brasil e sobre os esclarecimentos a respeito das instituições governamentais responsáveis pela assistência aos indígenas durante as décadas de 1950 e 1960, pode ser atribuído, naquele momento, aos interesses em ocultar os crimes contra a população indígena, historicamente tratada como súditos da Coroa Portuguesa ou como pertencente à população de camponeses pobres sem direito à terra, durante o Império e a República. Um claro exemplo no atraso ou falta de informações na imprensa nacional brasileira, está numa revista novaiorquina, que, em 1972, após comentar o livro de Bodard, afirmava que naquele momento "tribos estavam sendo dizimadas com aviões, bombas e metralhadoras".⁶

Outra notícia publicada na imprensa nacional, foi antecedida pelo jornal londrino *Observer*, que, em 1972, denunciou a chacina ocorrida dos índios "Cinta-Largas"⁷, no ano de 1968. Nesta matéria, o jornal afirmou que o Ministério do Interior do governo brasileiro, em pronunciamento a respeito do fato, "admite os crimes". No entanto, a expressão correta que deveria ter sido usada pelo jornal seria a denuncia dos crimes. Nessa ocasião, a FUNAI também foi poupada, ao não ser citada.⁸

A essa campanha de denúncias realizada tanto pela imprensa nacional como pela estrangeira, a FUNAI respondia e agia, dando ênfase ao papel a ser desempenhado pela Transamazônica, uma construção apoiada em políticas do Governo brasileiro que propagavam a defesa da integração rápida das terras e da população indígena aos interesses econômicos do momento. Na realidade, essa política significava o enriquecimento de muitas empresas através de grandes negócios. Uma delas foi a Cartepillar/USA, que graças a Transamazônica, teve uma das maiores vendas de sua história.

⁵O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/STN), foi fundado em 1910. Mais tarde passou a ser chamado apenas de Serviço de Proteção aos Índios e tornou-se conhecido como o SPI. Era o órgão do Governo Federal para assuntos relacionados aos povos indígenas até 1967, quando após muitas denúncias de escandalosas violências contra os índios foi substituído pela FUNAI. O SPI foi subordinado a diferentes ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio, da Guerra, o que expressava as concepções governamentais sobre o lugar para discutir e assistir os indígenas. Para uma visão crítica da política indigenista governamental durante a atuação do SPI ver LIMA, 1995.

Para uma análise das memórias, com imagens e documentos sobre a atuação do SPI em diferentes regiões do país ver FREIRE, 2011.

⁶Intercontinental Press, citado pelo jornal *Opinião*, nº19, 12 a 19/03/1973, p.5.

⁷Grupo de índios Tupi chamados genericamente de "Cinta Larga" ou "Cinturão Largo" habitantes na região próxima à fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. O equilíbrio desse grupo vem sendo abalado desde o século XIX pela incidência de garimpeiros em suas terras.

⁸Jornal *Observer*, citado pelo jornal *Opinião*, nº19, 12 a 19/03/1973, p.5.

A informação da abertura da Transamazônica, assim como da BR-080 que cortaria parte do Parque Nacional do Xingu, passou a ser criticada pela imprensa internacional e, posteriormente, pela imprensa brasileira alternativa, uma vez que colocava por terra o trabalho dos Irmãos Villas Bôas, experiência considerada no exterior como extraordinária, na defesa dos povos nativos.

Os crimes cometidos no período colonial foram esquecidos, as reportagens focavam no perigo de extinção, que ameaçava os povos indígenas no Brasil, agora sob a ótica republicana, na qual cabia a experiência do projeto da Expedição Roncador-Xingu, iniciado na década de 1940 e que teve a participação especial dos irmãos Villas Bôas. Para a imprensa brasileira desse período, o Xingu passou a ser um fato novo a ser noticiado. Na década de 1940, os jornais *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, foram os que mais publicaram matérias sobre a Expedição Roncador-Xingu em seus diferentes aspectos. (MULLER; LIMA; RABINOVICI, 2002, p. 17). Mais tarde, em junho de 1971, os irmãos Villas Bôas foram “capa” do suplemento a cores do jornal *Observer*, o qual dava destaque ao trabalho dos irmãos indigenistas no Parque do Xingu.⁹

Nesta época, um pouco antes dessa matéria de 1971, organismos internacionais foram convidados pelo Governo brasileiro, para enviarem missões com a finalidade de observarem as condições de vida dos índios no Parque. No ano de 1970, chegou ao Brasil uma missão da Cruz Vermelha Internacional, seguida, posteriormente, pelas missões da People Primitive Fund/Survival International e da Aborigenes Protection Society.¹⁰

Na obra *A question of survival*, publicada no exterior pelo escritor Tenison, com introdução do Duque de Edimburgo, marido da Rainha da Inglaterra, o autor denunciava a existência de uma política do governo brasileiro que com a construção da BR-080, visava destruir o Parque Nacional do Xingu e tudo aquilo que os irmãos Villas Bôas haviam construído com grande esforço junto a diferentes povos indígenas. Tenison havia visitado o Xingu seis meses após a Missão da Cruz Vermelha Internacional, que viera ao Brasil com a intenção de fazer um levantamento das condições de saúde e higiene nas aldeias. Com essa visita, as autoridades brasileiras esperavam um desmentido formal do “genocídio” denunciado pela imprensa nacional e internacional.

⁹Jornal *Observer*. Op. cit.

¹⁰Essas missões deram origem a um livro e três publicações: TENISON, Robin Hanbury. *A question of survival*. London, Angus & Robertson, 1973; *The indians on the Amazon, Brazil*. Report of the Aborigenes Protection Society, London, 1973; *The indian of Brazil*. Report of a visit on behalf of the Peoples Primitive Fund/Survival International. Jan-Mar, 1971; *Survey of the condition of existence and health of the indigenous population in a numer of different regions in Brazil*. International Red Cross, nov. 1970.

No entanto, o que os membros da missão viram foi uma deterioração da qualidade de vida entre os nativos do Xingu. No relatório apresentado pela Cruz Vermelha, sugeriram-se melhorias indicadas para cada aldeia visitada no Xingu, no sentido de adequar as condições de higiene e saúde das populações do Parque. O relatório ainda fez um apelo pedindo ajuda internacional para responder às necessidades das populações ameaçadas de extinção. A nosso ver, tais esforços internacionais foram resultado do contato e do movimento entre diferentes grupos indígenas que se uniram para dar visibilidade à defesa do Parque do Xingu com apoio dos Villas Bôas, com reconhecidas atuações por instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

O Presidente da FUNAI, à época, o General Bandeira de Melo, reagiu contra as denúncias do relatório citado, chegando a afirmar que as recomendações feitas pela Cruz Vermelha haviam sido implementadas. A resposta oficial ao relatório nos parece ter sido apenas uma desculpa para tentar abafar o caso da construção da BR-080 e suas consequências negativas para as fronteiras do mundo indígena no Xingu. O citado General Presidente da FUNAI, cargo de confiança do governo, respondia pela “defesa do território nacional e do progresso econômico do Brasil”, palavras de ordem usadas na época como bandeiras políticas de regime militar ditatorial, mesmo que essas fossem contra o projeto dos irmãos Villas Bôas e contra a sobrevivência das populações indígenas em seus territórios.

Observando a ilustração do território do Parque do Xingu publicada no livro *O Xingu dos Villas Bôas*, verifica-se a passagem da BR-080 ao Norte do mesmo e os rios que o cortam e aldeias de diferentes povos indígenas reunidas no seu interior. O rio Xingu e rio Kurisevo apresentam juntos maiores quantidade de aldeias em suas proximidades e a legenda indicava que em 2002 eram 4.700 índios a população do Parque.

Tenison, como presidente da Peoples Primitive Fund/Survival International, organização sediada em Londres e que procurava dar ajuda aos povos em perigo de extinção, tentou comprovar e divulgar com seu livro as necessidades médicas e sanitárias a serem mantidas pela FUNAI no Brasil, tendo por base o relatório da Cruz Vermelha Internacional. No entanto, no relatório oficial da citada organização, Tenison confessava estar desencantado uma vez que a FUNAI não havia tomado nenhuma providência com relação às recomendações feitas pela Cruz Vermelha. Todavia, autor manteve ao longo do seu texto, uma atitude dúbia colocando-se esperançoso quanto às boas intenções do governo brasileiro, assumindo que não existiam, propósitos deliberados para eliminar a população indígena. O autor se mantinha um entusiasta do “milagre econômico brasileiro”, porém, recomendava que

medidas urgentes devessem ser tomadas. Contudo, em seu livro *Tenison* radicaliza sua posição afirmando ser o General Bandeira de Melo, “um homem grosseiro e mal-intencionado”, pois não teria aprovado nem concordado com a visita da Peoples Primitive Fund/Survival International.

O relatório da Aborigenes Protection Society (APS), comparado ao livro de Tenison, foi considerado pelo jornal *Opinião*, sobre certos aspectos, mais importante que os demais, por denunciar as irregularidades e problemas presentes em todo o território da bacia amazônica e a conivência dos quadros da FUNAI. Entre as irregularidades citadas nesse relatório, apareceram terras indígenas cedidas a empresas de mineração e pecuária, falsas demarcações existentes na FUNAI em Brasília, escolas e hospitais inexistentes, registradas como em funcionamento e presença de missões religiosas na Amazônia. Apesar das denúncias presentes no relatório, não existiu uma afirmação enfática sobre o verdadeiro genocídio praticado na região.

Por outro lado, o relatório afirmava ter havido um aumento de número de parques e reservas, assim como, do quadro de funcionários da FUNAI, que pensamos terem sido medidas de controle sobre as populações nativas e as riquezas naturais existentes em suas terras, cuja extensão, antes da criação e delimitação desses parques, era bem maior. No relatório, no entanto, este fato foi dado como positivo. O que mais nele foi ressaltado era a necessidade de melhores relações entre o Itamarati e os cientistas estrangeiros interessados em políticas de preservação dos territórios e reservas indígenas.

Em meio às denúncias feitas nos relatórios citados, o jornal *Opinião* publicou que o General Bandeira de Melo respondia ser o Xingu “um Parque para inglês ver”. Frase, que veio a provocar na comunidade de cientistas ingleses um desconforto resultando na difusão dos relatórios citados na imprensa internacional como forma de divulgar as irregularidades com as invasões de territórios indígenas com o apoio do governo brasileiro.

Na imprensa nacional, representada pelo jornal *Opinião*, com matéria de capa dedicada ao tema “A pacificação dos índios gigante” e artigo do escritor Antônio Callado, intitulado “A extinção da tribo dos Villas Bôas”, em referência aos Kreen-Akarores, o jornal referido apresentava um depoimento de Orlando Villas Bôas que, pela sua importância no momento histórico vivido, no passado e na atualidade, selecionamos um trecho:

Exatamente agora regressava do interior de nossos sertões, onde, com meu irmão Claudio, estou empenhado na consumação de mais um crime contra o nosso índio. Crime que cometemos em nome da nossa civilização.

Ao cometê-lo, porém, nos consola saber – e aí concentramos todos os nossos esforços – que desventura maior eles (os KREEN-AKARORES) teriam se não houvesse um esforço mediador, amenizador do choque inevitável entre as duas civilizações.

Então, é o caso de se perguntar: porque atraí-los?

Quando as suas aldeias estavam camufladas pela mata, eles viviam felizes. Um dia, porém, o avião os avistou. E quis a casualidade que uma das transamazônicas passasse nas proximidades de sua morada. Nesse dia começou a tragédia de mais uma nação indígena. Lévy Straus, referindo-se aos povos primitivos, disse: “são duas humanidades que se cruzam com tempo quase nulo para se observarem” Podemos acrescentar: ao fazê-lo, a nossa humanidade o faz com os olhos da investigação e da pesquisa. E a outra, primitiva, com os olhos dos povos trageidiados.

Particularizando nosso país, podemos afirmar, sem exageros, que o processo estabelecido nas relações entre as duas sociedades – a primitiva e a nossa – não é somente de destruição sistemática da cultura da primeira, mas sim da própria criatura.

A ciência a cada dia nos revela coisas extraordinárias. Verdades que, pelas suas surpreendentes revelações parecem mais coisa de ficção científica. Eis-nos diante dos círculos fantásticos dos anti: o antiuniverso, a antimatéria. Seria de se crer surgisse agora o antigente. O homem é mais estranho que o universo. Estariam os povos primitivos fatalmente marcados pelas civilizações modernas? A verdade é que seus domínios e suas terras são garantidos pela Constituição. Pena que se modifiquem ao sabor das injunções maiores. Verdade que, como tutelados do Estado, contam com um organismo que sobre eles deveria abrir suas asas de proteção. Pena que a burocracia, os programas e as acomodações não deixem que cheguem até eles os recursos do Estado. Pena que o exercício da tutela não esteja todo voltado para a assistência, para o resguardo nacional. Bom seria que não houvesse a preocupação de uma integração rápida, em nome da “salvação”. Diante disso tudo, grita uma verdade maior: um povo está morrendo.¹¹

O “crime” á que Villas Bôas se referia, no pronunciamento, que reproduzido acima, diz respeito à pacificação dos Kreen-Akarores, índios que, depois de um período de longas buscas - 382 dias –, os sertanistas localizaram na Serra do Cachimbo, em Mato Grosso, nas primeiras semanas de fevereiro 1973. O grupo se constituía, segundo relatório dos irmãos Villas Boas, de mais ou menos 30 índios, de tamanho “gigante”, uma vez que havia alguns com quase 2 metros de altura. A preocupação dos sertanistas dava-se, no sentido de isolar esse povo, antes que chegassem às suas terras, as rodovias, que faziam parte do Plano de Integração Nacional, o PIN, proposto pelo governo militar. A partir daí, a demarcação das terras dos Kreen-Akarores, passou a ser bandeira de mobilização dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas.

As mobilizações indígena e dos indigenistas em defesa ao direito à terra no Brasil ter sido árdua. O Parque do Xingu teria sido uma das melhores experiências no sentido da

¹¹Publicado no jornal *Opinião*, nº 15, 12 a 19/02/1973, p.4.

formação de uma fronteira de proteção às terras indígenas. Mas, Darcy Ribeiro, cinquenta anos depois da criação do SPI, em uma visão pessimista concluiu que a política de proteção ao índio tinha fracassado, uma vez que das 230 tribos existentes em 1900, 87 tinham desaparecido, como confirmam os dados do Censo de 1960.¹²

Todavia, os resultados dos últimos censos realizados pelo IBGE apontam em outra direção: em 2000 os índios foram contabilizados em cerca de 300 e se em 2010 a população indígena no Brasil foi contabilizada em cerca de 900 mil indivíduos, atualmente, estimativas mais otimistas afirmam que essa população ultrapassa em muito um milhão, chegando até a 1.300.000 índios no país, o que demanda políticas públicas de reconhecimento de direitos sociopolíticos, como a demarcação e garantia das terras, saúde e educação diferenciadas.

Além dos crimes cometidos contra a existência do Parque do Xingu, outros, de semelhante gravidade, foram registrados pela imprensa, como o cometido em junho de 1967 para apagar os arquivos do SPI. Trata-se de um incêndio, tido como suspeito, que destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, apagando quase 60 anos de história do SPI. Assim, arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos viraram cinza. Coincidentemente, o incêndio ocorreu após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que com a qual o General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, queria investigar acusações que pesavam sobre a cabeça de muitos dos funcionários do SPI.

Entre alguns documentos produzidos pelo SPI, salvos em arquivos privados ou em arquivos de outros órgãos públicos brasileiros, muitas ilustrações sobre o território brasileiro com indicadores a respeito das populações indígenas e a produção agrícola ou extrativista, produzida dentro ou no entorno das fronteiras nativas, nos podem servir de exemplos para análises dos interesses governamentais e de investimentos particulares referentes às áreas indígenas, como é possível de se verificar em textos publicados no livro *Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)*. Onde aparecem os postos indígenas do SPI e a produção controlada por cada um deles e foram destacadas aldeias indígenas, localizadas no Estado do Pará, controladas pelo órgão indigenista governamental, com seus respectivos números populacionais.

Uma contribuição datada deste período encontramos na publicação *O índio no Direito Constitucional brasileiro*, onde o autor José Queirós Campos, Presidente da FUNAI entre 1968 e 1970, reuniu leis que durante 400 anos foram elaboradas pelo império português e pelos governos brasileiros.¹⁸ Sobre as leis entenda-se, a relação do direito do índio sobre suas

¹²“O índio bom é o índio morto”, jornal *Opinião*, nº 11, 15 a 22/01/1972, p. 21.

terras e em relação com o Império português e o Estado brasileiro. Apesar da legislação, essa nunca protegeu os índios e seus territórios. Dados da historiografia indigenista e censos republicanos referentes à população brasileira indicam a diminuição das populações nativas, salvo os dados, mais recentes, apresentados a partir da década de 1990.

As invasões dos territórios indígenas, apoiada em políticas colonialistas ao longo da História do Brasil ocorreram com crimes e guerras como a da Confederação dos Tamoyos, a Guerra dos Bárbaros, os descimentos dos índios do interior de São Paulo para serem vendidos no litoral e as chamadas “Guerras Justas” decretadas pelo Coroa Portuguesa do século XVI até o século XIX. No século XX, massacres foram encomendados por seringalistas e criadores de gado no Acre e em outras partes do país. O extermínio de grande parte dos índios do Brasil respondeu sempre à lógica da ‘superioridade’ do branco e à força incontornável do mercado.

Como afirmou o Ministro Costa Cavalcanti, nos idos de 1970: “Os índios não podem atrapalhar o caminho do progresso”.¹³ Ótica que permanece até a atualidade com o Brasil sendo o maior produtor de soja do mundo, grande produtor de etanol equivocadamente chamado “o combustível verde”, e o país como um dos maiores exportadores de carne bovina no Planeta. Um conjunto de atividades econômicas, situadas na lógica capitalista do enriquecimento de poucos e/ou grupos empresariais, denominadas como o agronegócio que se expande com a omissão, conivência ou apoio explícito do governo brasileiro em nome de *commodities*, ou seja, grandes vendas no comércio internacional, mas com um custo socioambiental inestimável: invasões das terras e violências contra os povos indígenas.

Referências

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.). **Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MULLER, Cristina; LIMA, Luiz Octavio; RABINOVICI, Moisés. (Orgs.). **O Xingu dos Villas Boas**. São Paulo: Agência Estado, 2002.

Site:

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/cinta-larga>, acessado em 10/05/2013.

¹³Op. cit. jornal *Opinião*, nº11, p.21.